

# O cisma mais terrível que o mundo já conheceu



A Declaração de Abu Dabi submete cristãos e muçulmanos ao princípio fundamental da Maçonaria, segundo o qual os valores da liberdade e igualdade da Revolução Francesa têm que ser sintetizados e cumpridos na fraternidade universal, que não é outra coisa que o indiferentismo religioso.

Adelante la Fé, 03 de maio de 2019.

Roberto De Mattei.

[].

Tradução. Bruno Braga.

No dia 04 de fevereiro, em Abu Dabi, o Papa Francisco e o Grande Imã de Al-Azhar, Ahamad Al-Tayyeb, subscreveram o *Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e*

*da convivência comum.* A declaração inicia com o nome de um deus que, para ser comum, não deve ser outro que o Alá dos muçulmanos.

Na realidade, o Deus cristão é um em sua natureza, mas trino em suas pessoas, iguais e diversas, que são o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Desde os tempos de Ário, a Igreja combateu os antitrinitários e os deístas, que negavam tal mistério – o maior do Cristianismo – ou prescindiam dele. O islã, ao contrário, o recusava horrorizado, como proclama a sura *A fé pura*: “Ele é Alá, uno! Deus, o Eterno. Não engendrou, não foi engendrado. Não tem par!” (Corão 112, 2, 4).

O certo é que na Declaração de Abu Dabi não se rende culto ao Deus dos cristãos nem ao do islã, mas a uma divindade laica, a *fraternidade humana*, “que abraça todos os homens, une-os e torna-os iguais”. Não nos encontramos diante do *espírito de Assis*, que em seu sincretismo não deixa de reconhecer a primazia da dimensão religiosa sobre a secularista, e sim diante de uma afirmação indiferentista.

Na verdade, em nenhum momento se faz alusão a um fundamento metafísico dos valores da paz e da fraternidade aos quais constantemente se alude. Quando o documento afirma que “o pluralismo e as diversidades de religião, de cor, de sexo, de raça e de língua fazem parte daquele sábio desígnio divino com que Deus criou os seres humanos”, não professa o ecumenismo que Pio X condenou em *Mortalium animos* (1928), mas o indiferentismo religioso condenado por Leão XIII, na sua Encíclica *Libertas* (20 de junho de 1888), definido como sistema doutrinal “fundado na tese de que cada um pode professar a religião que preferir ou não professar nenhuma”.

Na Declaração de Abu Dabi, cristãos e muçulmanos se submetem ao princípio fundamental da Maçonaria, segundo o qual os valores da liberdade e igualdade da Revolução Francesa têm que ser sintetizados e cumpridos na fraternidade universal. Ahamad Al-Tayyeb, que redigiu o texto juntamente com o Papa

Francisco, é o xeique hereditário da Irmandade de Sufis do Alto Egito. Al Azhar, a Universidade da qual é reitor, é caracterizada por sua proposta de esoterismo sufi como *ponte iniciática* entre a Maçonaria do Oriente e do Ocidente (cf. Gabriel Mandel, *Federico II, el sufismo y la Masonería*, Tipheret, Arcireale 2013).

O documento exorta com grande insistência “aos líderes do mundo inteiro, aos artífices da política internacional e da economia mundial”, “aos intelectuais, aos filósofos, aos homens de religião, aos artistas, aos operadores dos *mass-media* e aos homens de cultura”, que se comprometam em difundir “a cultura da tolerância, da aceitação do outro e da convivência”, e expressa “a forte convicção de que os verdadeiros ensinamentos das religiões convidam a permanecer ancorados aos valores da paz; apoiar os valores do conhecimento mútuo, da fraternidade humana e da convivência comum”.

Destaca-se que tais valores são “âncora de salvação para todos”. Por esse motivo, “Al Azhar e Igreja Católica pedem que este Documento se torne objeto de pesquisa e reflexão em todas as escolas, nas universidades e nos institutos de educação e formação, a fim de contribuir para criar novas gerações que levem o bem e a paz e defendam por todo o lado o direito dos oprimidos e dos marginalizados”.

No dia 11 de abril, em Santa Marta, o Documento de Abu Dabi foi selado com um gesto simbólico: Francisco se prostrou diante de três dirigentes políticos sudaneses, beijando os seus pés e implorando a paz. Esse gesto expressa a submissão à autoridade política e a recusa da Realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo. Aquele que representa Cristo, Nome diante do qual se dobra todo joelho no Céu e na Terra (Filipenses 2, 20), deve receber a homenagem dos homens e das nações, e não render homenagem a ninguém.

Ressoam as palavras de Pio XI, na Encíclica *Quas primas*: “Oh!

Que felicidade poderíamos gozar, se os indivíduos, as famílias e as sociedades se deixassem governar por Cristo! Então, verdadeiramente – diremos com as mesmas palavras que nosso predecessor Leão XIII dirigiu há vinte e cinco anos a todos os Bispos do orbe católico -, será possível curar tantas feridas, todo direito recobrará o seu vigor antigo, voltarão os bens da paz, cairão das mãos as espadas e as armas, quando todos aceitarem de boa vontade o império de Cristo, quando o obedecerem, quando toda língua proclamar que Nosso Senhor Jesus Cristo está na glória de Deus Pai”.

Por outra parte, o gesto realizado pelo Papa Francisco em Santa Marta nega um sublime mistério cristão: a Encarnação, Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, único Salvador e Redentor da humanidade. Ao negar esse mistério, nega-se a missão salvífica da Igreja, que é chamada a evangelizar e civilizar o mundo. O Sínodo da Amazônia, que será realizado no próximo mês de outubro, constituirá uma nova etapa nesta recusa da missão da Igreja, e que supõe também a recusa da missão do Vigário de Cristo? O Papa Francisco irá se ajoelhar diante dos representantes dos povos indígenas? Pedirá a eles que transmitam à Igreja a sabedoria tribal da qual são portadores?

O certo é que três dias depois, em 15 de abril, a catedral de Notre Dame, imagem plástica da Igreja, pegou fogo e as chamas consumiram a torre, deixando intacta a base. Por acaso isso não significa que, apesar do desmoronamento do topo da Igreja, sua divina estrutura resiste e nada poderá derrubá-la? Uma semana mais tarde, outro acontecimento fez tremer a opinião pública católica: uma série de atentados, cometidos por seguidores da mesma religião à qual se submete o Papa Bergoglio, transformaram a Páscoa da Ressurreição em um dia de Paixão para a Igreja universal, com 300 mortos e mais de 500 feridos.

Antes mesmo dos seus corpos, o fogo consumiu as ilusões dos católicos que, com aplausos e violões, entoavam aleluias,

enquanto a Igreja vive sua Sexta e seu Sábado Santo. Pode-se objetar que aqueles que perpetraram os atentados do Sri Lanka, apesar de serem muçulmanos, não representam o islã. Nem mesmo o imã de Al Azhar, que assinou o documento de paz e fraternidade, representa todo o islã. Mas certamente o Papa Francisco representa a Igreja Católica. Até quando?

Não há verdadeira fraternidade se se prescinde do sobrenatural, que não nasce de vínculos com os homens, mas com Deus (1 Tessalonicenses 1, 4). Do mesmo modo, a paz não é possível prescindindo da paz cristã, porque a fonte da verdadeira paz é Cristo, Sabedoria encarnada, que “veio para anunciar a paz a vós que estáveis longe, e a paz também àqueles que estavam perto” (Efésios 2, 17). A paz é uma graça de Deus, trazida à humanidade por Jesus Cristo, Filho de Deus e soberano dos Céus e da Terra.

A Igreja Católica que Ele fundou é a suprema depositária da paz, porque é guardiã da verdade, e a paz se funda na verdade e na justiça. O neomodernismo, implantado na cúpula da Igreja Católica, prega uma falsa paz e uma falsa fraternidade. Porém, a falsa paz traz a guerra ao mundo, assim como a falsa fraternidade conduz ao cisma, que é uma guerra civil na Igreja.

São Luís Orione tragicamente predisse em 26 de junho de 1913: “O modernismo e o semi-modernismo não têm remédio; cedo ou tarde se chega ao protestantismo ou a um cisma na Igreja que será o mais terrível que o mundo já conheceu” (*Escritos*, vol. 43, p. 53).